

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010240-89.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica**
 Requerente: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**
 Requerido: **Casa de Saúde e Maternidade São Carlos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ – CPFL propôs ação ordinária de cobrança em face de **CASA DE SAÚDE MATERNIDADE SÃO CARLOS LTDA**. Alegou que forneceu energia elétrica às unidades nº. 2165902, 2165910 e 36244759, pertencentes a requerida, que nunca realizou a contraprestação, estando inadimplente em relação aos meses de agosto/2015 a abril/2017. Requereu a condenação da requerida ao pagamento da quantia de R\$ 316.494,00.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 06/111.

Citada (fl. 167), a requerida confessou ser devedora da quantia solicitada pela requerente; pugnou pela habilitação de penhora no rosto dos autos onde se deu a alienação dos bens da empresa e requereu a não condenação em honorários advocatícios tendo em vista a confissão da dívida (fl. 128). Juntou os documentos de fls. 129/166.

Pedido de julgamento antecipado da lide às fls. 171/174, pela requerente.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com o conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presente as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91)."

Trata-se de ação de cobrança intentada diante do inadimplemento da ré, usuária dos serviços fornecidos pela autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Os documentos de fls. 28/108 comprovam a relação jurídica entre as partes, bem como a transação mencionada na inicial. As planilhas de cálculos apresentadas às fls. 109/111, pormenorizam o débito alegado na inicial, e a requerida confessa a dívida cobrada, sendo o que basta.

Não há que se falar em não condenação em honorários advocatícios pelo simples fato de a requerida ter confessado o débito. A parte precisou intentar ação judicial para ver o seu crédito satisfeito, sendo de rigor a condenação em honorários. O CPC prevê apenas a diminuição destes, nos termos do art. 90, §4º, quando a parte, juntamente ao reconhecimento, realiza o pagamento do débito, o que não se deu no caso concreto.

Cabível a penhora no rosto dos autos requerida, diante da notícia da existência de valor penhorado naqueles autos, capaz de satisfazer esta dívida. Assim, defiro a penhora no rosto dos autos da ação nº 0002976-80.1999.4.03.6115, em trâmite pela 1ª Vara Federal local, até o limite da condenação. Oficie-se àquele juízo, devendo o ofício ser encaminhado através de e-mail institucional.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para condenar a ré no pagamento de R\$ 316.494,00. Os valores deverão ser corrigidos monetariamente desde a data de cada vencimento, de acordo com a tabela prática do TJSP, além de incidência de juros monetários de 1% ao mês desde a citação.

Condeno a ré ao pagamento das despesas, custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor da condenação.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, com ou sem resposta, encaminhem os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Nos termos do Comunicado CG nº 1789/2017, em caso de procedência e procedência parcial da ação, à serventia para lançar a movimentação "**Cód. 60698 - Trânsito em Julgado às partes - Proc. Em Andamento**".

Aguarde-se por 30 dias eventual requerimento da fase de cumprimento de sentença, que deverá ser fito nos moldes dos artigos 523 e 524 do CPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, os autos de conhecimento seguirão ao arquivo provisório ("**Cód. 61614 - Arquivado Provisoriamente**"), sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

Havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, o processo de conhecimento será arquivado definitivamente ("**Cód. 61615 - Arquivado Definitivamente**"), tudo conforme Comunicado CG nº 1789/2017.

P.I.

São Carlos, 01 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**